

A nulidade dos atos jurídicos em “O Processo”, de Franz Kafka: uma leitura a partir de Miguel Reale

Autor(es)

Felipe Rossi De Andrade

Thiago Leal Dutra

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UCB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

Introdução

A leitura de obras literárias pode ser uma ferramenta importante para refletir de forma crítica sobre conceitos estudados em sala. Entre essas obras, O Processo, de Franz Kafka, nos apresenta a angústia de Josef K., acusado sem saber a razão, submetido a um procedimento marcado pela obscuridade e pela falta de garantias.

Na disciplina, estudamos com base no livro de Miguel Reale, proposto pelo nosso professor, no capítulo XVI, a diferença entre atos inexistentes, nulos e anuláveis. Ao reler alguns trechos da obra, percebi que é possível enxergar esses conceitos aplicados de forma simbólica: um processo sem acusação clara se aproxima de um ato inexistente; um julgamento que viola o contraditório e a publicidade é nulo; e apenas falhas menores poderiam ser anuláveis.

Essa correlação mostra que, mesmo em um texto literário, podemos identificar problemas jurídicos sérios e refletir sobre a importância das formas legais para garantir justiça.

Objetivo

Analizar a obra O Processo, de Franz Kafka, à luz da teoria dos atos jurídicos de Miguel Reale, destacando a correlação entre literatura e Direito para refletir sobre nulidade, inexistência e anulabilidade no âmbito processual.

Material e Métodos

O presente estudo adota como método a revisão bibliográfica, a partir da correlação entre literatura e ciência jurídica. Foram utilizados como materiais principais a obra literária O Processo, de Franz Kafka, e o livro Lições Preliminares de Direito, de Miguel Reale, além de complementação que nos foram apresentadas em sala de aula, sobre teoria geral do Direito e garantias processuais.

A análise parte da interpretação do enredo de Josef K., destacando os elementos de arbitrariedade e ausência de formalidade que marcam o processo narrado. Em seguida, esses elementos são confrontados com os conceitos de inexistência, nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos, conforme a doutrina de Miguel Reale.

A metodologia adotada busca uma aproximação interdisciplinar: enquanto Kafka utiliza a literatura para criticar o sistema de poder e a burocracia, Reale apresenta uma sistematização dogmática essencial ao estudo do Direito. O cruzamento dessas perspectivas oferece uma oportunidade reflexiva para compreender, de modo mais profundo, como a teoria dos atos jurídicos pode ser aplicada simbolicamente ao contexto literário.

Resultados e Discussão

A leitura da obra de Kafka, quando confrontada com os ensinamentos de Miguel Reale, permite identificar o processo de Josef K. como exemplo metafórico de atos processuais inválidos. Primeiramente, é claro à ausência de acusação formal clara, o que compromete a própria existência do processo (Art. 5º, inciso LIV CF), ou seja, não há objeto definido e nem pressuposto essencial, caracterizando um ato inexistente.

Além disso, diversos aspectos revelam nulidades absolutas, como a ausência de publicidade dos atos, a parcialidade dos julgadores, a falta de contraditório e a impossibilidade de ampla defesa (Art. 5º, LV CF). Tais elementos, na perspectiva do Direito, tornam o processo inválido em sua raiz, configurando assim, uma nulidade insanável.

A anulabilidade, por sua vez, não encontra espaço significativo na narrativa, já que as irregularidades não são meros vícios formais ou defeitos sanáveis, mas falhas estruturais que comprometem a essência da legalidade processual. Dessa forma, a narrativa kafkiana se aproxima mais das categorias de inexistência e nulidade do que da anulabilidade.

Essa discussão demonstra que a literatura, mesmo não tendo caráter normativo, possibilita compreender, de maneira crítica e simbólica, conceitos jurídicos fundamentais. A análise interdisciplinar enriquece a formação acadêmica, pois instiga a reflexão sobre os riscos de um sistema processual destituído de garantias, evidenciando a importância do devido processo legal.

Conclusão

A obra *O Processo* evidencia, de modo literário e crítico, as consequências de um procedimento destituído de validade, o que pode ser interpretado à luz da teoria dos atos jurídicos de Miguel Reale. A análise revela a importância das garantias processuais para a legitimidade dos atos jurídicos e mostra como a literatura pode auxiliar na compreensão prática e reflexiva do Direito.

Referências

- KAFKA, Franz. *O Processo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.